

TERMO DE REFERÊNCIA



MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – PR
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL,

(Processo Administrativo nº 513/2025)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

AQUISIÇÃO DE MUDAS DE FLORES E OUTRAS VARIEDADES DE PLANTAS ORNAMENTAIS, QUE SERÃO UTILIZADAS NA REVITALIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PAISAGISMO EM ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, nos termos e exigências estabelecidas neste Instrumento.

Lote: 1 –Exclusivo para Microempresas e empresas de pequeno porte						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Qtde	Un.	Preço unitário	Preço máximo total
1	29834057 610221	MUDA DE SÁLVIA VERMELHA Sávia vermelha. Salvia anã Vista Red – Alegria dos Jardins – Nome científico: Salvia splendens, de cor vermelha, entregar em bandeja com 15 mudas, livre de ervas daninhas. Mudas em bom estado, sendo que não serão aceitas mudas de flores murchas. Devendo estar aptas para o plantio e já com broto. Altura final da planta 25 – 30 cm.	20.000	UN	1,62	32.400,00
2	29834058 610221	SÁLVIA AZUL FARINACEA Salvia Victoria Blue, (salvia farinacea) híbrida na cor Azul, bandejas com 15 mudas, altura 10 -15 cm entregar em bandeja com 15 mudas, livre de ervas daninha. Mudas em bom estado, sendo que não serão aceitas mudas de flores murchas ou em mal conservadas. Devendo estar aptas para o plantio e prontas para iniciar a floração. Altura final da planta 50 – 60 cm.	30.000	UN	1,32	39.600,00
3	29834059 612125	MUDA DE TAGETÃO AFRICANO HYBRIDO AMARELO Tagetão amarelo. Marigold Taishan Yellow / Nome científico: Tagetes erecta, de cor amarela, entregar em bandeja com 15 mudas, livre de ervas daninhas. Mudas em bom estado, sendo que não serão aceitas mudas de flores murchas, devendo estar aptas para o plantio e já com broto. Altura final da planta 25-30cm.	20.000	UN	1,57	31.400,00
4	29834060 612125	MUDA DE TAGETÃO AFRICANO HYBRIDO LARANJA Tagetão laranja.	20.000	UN	1,45	29.000,00

		Marigold Taishan Orange / Nome científico: Tagetes erecta, de cor laranja, entregar em bandeja com 15 mudas, livre de ervas daninhas. Mudas em bom estado, sendo que não serão aceitas mudas de flores murchas. Devendo estar aptas para o plantio e já com broto. Altura final da planta 25 – 30 cm.				
5	29834061 610213	MUDA DE BOCA DE LEÃO Antirrhinum Majus. Boca de leão anã – Snapdragon Snapshot Mix / Nome científico: Antirrhinum majus, cores mix, entregar em bandeja com 15 mudas, livre de ervas daninhas. Mudas em bom estado, sendo que não serão aceitas mudas de flores murchas ou em mal conservadas. Devendo estar aptas para o plantio e já com broto. Altura final da planta 15–30cm.	20.000	UN	1,45	29.000,00
6	29834062 610262	MUDA DE VINCA Vinca Valliant Mix Nome científico: Catharanthus de cor Mix, Resistente a Phytophthora, entregar em bandeja com 15 mudas, livre de ervas daninhas. Mudas em bom estado, sendo que não serão aceitas mudas de flores murchas. Devendo estar aptas para o plantio e já com broto. Altura final da planta 36-51 cm.	35.000	UN	1,74	60.900,00
7	29834063 611237	MUDAS DE SUNPATIENS Impatiens Hybrida, grandes variações de cores, medindo de 5 a 10cm. Entregar em bandeja com 15 mudas, livre de ervas daninhas, em bom estado, sendo que não serão aceitas mudas de flores murchas. Devendo estar aptas para o plantio e já com broto.	5.000	UN	2,03	10.150,00
8	29834064 610214	MUDA DE CRAVINA Cravina folha larga. Dianthus Ideal Select Mix / Nome científico: Dianthus chinensis x barbatus, de cores mix, devem ser entregues em bandejas com 15 mudas, livre de ervas daninhas. Mudas em bom estado, sendo que não serão aceitas mudas de flores murchas. Devendo estar aptas para o plantio e já com broto. Altura final da planta 25 – 30 cm.	10.000	UN	1,68	16.800,00
9	29834065 610106	MUDA DE AMOR PERFEITO Pansy Matrix Mix. Nome científico: Viola wittrockiana, F1 híbrida, em cores mix, entregar em bandejas com 15 mudas, livre de ervas daninhas. Mudas em bom estado, sendo que não serão aceitas mudas de flores murchas. Devendo estar aptas para o plantio e já com broto. Altura final da planta 15- 25 cm.	25.000	UN	1,59	39.750,00
10	29834066 610214	MUDAS DE CRAVO Cravina folha fina. Dianthus Corona Mix / Nome científico: Dianthus chinensis, de cores mix, devem ser entregues em bandejas com 15 mudas, livre de ervas daninhas. Mudas em	10.000	UN	1,42	14.200,00

		bom estado, sendo que não serão aceitas mudas de flores murchas. Devendo estar aptas para o plantio e já com broto. Altura final da planta 25-30 cm.				
11	29834067 607114	MUDA ONZE HORAS Portulaca Happy Hour Mix / Nome científico: Portulaca grandiflora, de cores mix, entregar em bandeja com 15 mudas, livre de ervas daninhas. Mudas em bom estado, sendo que não serão aceitas mudas de flores murchas. Devendo estar aptas para o plantio e já com broto. Altura final da planta 25-30cm.	5.000	UN	1,49	7.450,00
12	29834068 610217	MUDA DE FUNCIONARIA variedade Gazania rigens as mudas devem ser entregues em bandejas com 15 unidades, livre de ervas daninhas, doenças e pragas, em bom estado vegetativo, bem enraizadas, sem folhas murchas, quebradas ou mal conservadas.	10.000	UN	1,39	13.900,00
13	29834069 612448	MUDA DE CLOROFITO variedade Chlorophytum comosum. As mudas devem ser entregues em perfeito fitossanitário, sem qualquer dano, livre de ervas daninhas, doenças e pragas, em bom estado, bem enraizadas, sem folhas murchas, quebradas ou mal conservadas, devendo estar aptas para o plantio e já com brotos, entregar em bandeja com 15 mudas, altura das mudas de 05- 10cm.	15.000	UN	1,69	25.350,00
14	29834070 609178	MUDA DE CYCA variedade Cycas revoluta com altura de tronco de no mínimo 1,20 cm. A planta deve se encontrar curada com mais de 30 dias após ter sido arrancada do solo. As mudas devem estar em bom estado, livres de pragas, doenças e plantas daninhas.	150	UN	166,53	24.979,50
15	29834071 610353	LICUALA GRANDIS Palmeira Leque, mudas de 1,20 metros de altura. A planta deve se encontrar curada com mais de 30 dias após ter sido arrancada do solo. As mudas devem estar em bom estado, livres de pragas, doenças e plantas daninhas.	60	UN	143,33	8.599,80
16	29834072 609245	MUDAS DE PALMEIRA FÊNIX variedade Phoenix roebelenii com no mínimo 1 metro de tronco. A planta deve se encontrar curada com mais de 30 dias após ter sido arrancada do solo. As mudas devem estar em bom estado, livres de pragas, doenças e plantas daninhas.	50	UN	81,23	4.061,50
17	29834073 610353	PALMEIRA RABO DE RAPOSA variedade Wodyetia bifurcata com altura mínima de 1,20 metros a partir do tronco e com circunferência do início do tronco de no mínimo 0,45 cm. A planta deve se encontrar curada, com mínimo com mais de 30 dias após ter sido arrancada do solo. As mudas devem estar em bom estado,	30	UN	51,00	1.530,00

		livres de pragas, doenças e plantas daninhas.				
18	29834074 609250	MUDA DE MOREIA BRANCA variedade Dietes iridioides a planta deve estar no pote 5 litros ou mais. Deve se encontrar curada com mais de 15 dias após ter sido arrancada do solo. Mudanças com altura mínima de 50 cm. As mudas devem estar em bom estado, livres de pragas, doenças e plantas daninhas.	2.000	UN	8,95	17.900,00
19	29834075 611237	MUDAS DE PERIQUITO VERMELHO variedade Alternanthera Ficoidea, com Coloração avermelhada, de 5 a 10cm de altura. As mudas devem ser entregues livre de ervas daninhas, doenças e pragas, em bom estado vegetativo, bem enraizadas, sem folhas murchas, quebradas ou mal conservadas.	10.000	UN	2,44	24.400,00
20	29834076 609226	DRACENA TRICOLOR Variedade Marginata. Mudanças em perfeito estado fitossanitário sem qualquer dano, livre de ervas daninhas, pragas e doenças; mudas bem enraizadas com sistema radicular plenamente desenvolvido dentro da embalagem, com altura de no mínimo 0,60cm de parte aérea.	300	UN	20,28	6.084,00
21	29834077 609154	MUDA DE BUXINHO Variedade Buxus Sempervirens. Mudanças com 0,60cm, de diâmetro, podado em formato redondo com aspecto cheio, sem falhas, em bom estado, livres de pragas, doenças e plantas daninhas.	250	UN	30,63	7.657,50
22	29834078 610353	MUDA DE MANACA DA SERRA Tibouchina mutabilis, com no mínimo 1,20 metro de altura. Muda curada. As mudas devem estar em bom estado, livres de pragas, doenças e plantas daninhas.	150	UN	15,26	2.289,00
23	29834079 610262	MUDA DE LANTANA Lantana câmara, Lantana urticoides. Arbusto semi-lenhoso e ramificado, com ramos flexíveis, quadrangulares e castanho-claro. Com folhas ásperas e pilosas, com disposição das folhas opostas com margens serrilhadas e oval ou em formato de coração verde-fosco. Especificações: Mudanças em perfeito estado fitossanitário, sem qualquer dano, livre de erva daninha, pragas e doenças; mudas bem enraizadas com sistema radicular plenamente desenvolvido dentro da embalagem.	5.000	UN	1,65	8.250,00
24	29834080 610262	MUDA DE HIPOESTE Hypoestes phyllostachya. Planta herbácea, sem caule lenhoso e flexível, de porte baixo, de 10 - 15cm. A folhagem da Hiposte tem coloração diferenciada e peculiar, característica da espécie. Com ciclo de vida perene, é uma planta duradoura, com	5.000	UN	5,34	26.700,00

		floração sutil no início do outono. São plantas ornamentais devido a folhagem que apresenta, geralmente utilizada como forragem em jardins. Especificações: Mudanças em perfeito estado fitossanitário, sem qualquer dano, livre de erva daninha, pragas e doenças; mudas bem enraizadas com sistema radicular plenamente desenvolvido dentro da embalagem.				
25	29834081 610262	MUDAS DE PERIQUITO ROXO Alternanthera ficoidea. Se destacando pela sua coloração vinho/bordô, geralmente utilizada para forração em jardins, de fácil cultivo e muito resistente a luz solar forte. Espécie herbácea, rústica, robustas e com pequenos frutos em meio as folhas e flores brancas, que florescem durante a primavera e verão. Altura das mudas de 10-15 cm. Especificações: Mudanças em perfeito estado fitossanitário, sem qualquer dano, livre de erva daninha, pragas e doenças; mudas bem enraizadas com sistema radicular plenamente desenvolvido dentro da embalagem.	10.000	UN	2,63	26.300,00
26	29834082 610262	MUDAS DE LUTIELA Alternanthera brasiliana. Com potencial medicinal e ornamental, é uma planta herbácea, robusta, com folhagem colorida, com inflorescências tipicamente brancas e globosas. Com ciclo de vida perene, são duradouras, com folhas simples, de disposição oposta, elípticas com ápice fino, margens inteiras, pilosas e enervação discreta. De porte baixo, podendo chegar a 60 cm. Especificações: Mudanças em perfeito estado fitossanitário, sem qualquer dano, livre de erva daninha, pragas e doenças; mudas bem enraizadas com sistema radicular plenamente desenvolvido dentro da embalagem.	10.000	UN	1,79	17.900,00
27	29834083 602769	MUDA DE LAMBARI ROXO Tradescantia zebrinha, mudas em perfeito estado fitossanitário, sem qualquer dano, livre de ervas daninhas, pragas e doenças, mudas em bom estado, mudas bem enraizadas, sendo que não serão aceitas mudas murchas ou mal conservadas, devendo estar aptas para o plantio e já com brotos, entregar em bandeja com 15 mudas, altura das mudas de 5 a 10cm.	5.000	UN	2,40	12.000,00
28	29834084 624633	MUDAS DE IRESINE Iresine Herbsti, mudas em perfeito estado fitossanitário, sem qualquer dano, livre de ervas daninhas, pragas e doenças, mudas em bom estado, bem enraizadas, sendo que não serão aceitas mudas murchas ou mal conservadas, devendo estar aptas para o plantio e já com brotos, entregar em	10.000	UN	2,69	26.900,00

		bandeja com 15 mudas, altura das mudas de 05 - 10 cm.				
29	29834085 604862	MUDA DE YUCCA Yucca guatemalensis, mudas em perfeito estado fitossanitário, sem qualquer dano, livre de ervas daninhas, pragas e doenças, mudas bem enraizadas com sistema radicular bem desenvolvido capaz de segurar o torrão de solo que a envolve dentro da embalagem, com altura do tronco de no mínimo 80cm.	100	UN	100,79	10.079,00
30	29834086 624841	MUDA DE AZALÉIA Rhododendron simsii, mudas em perfeito estado fitossanitário, sem qualquer dano, livre de ervas daninhas, pragas e doenças, mudas bem enraizadas com sistema radicular bem desenvolvido capaz de segurar o torrão de solo que a envolve dentro da embalagem, com altura de 100 a 120cm.	100	UN	7,45	745,00
31	29834087 610202	MUDA DE PODOCARPO Podocarpus macrophyllus, mudas em perfeito estado fitossanitário, sem qualquer dano, livre de ervas daninhas, pragas e doenças, mudas bem enraizadas com sistema radicular bem desenvolvido capaz de segurar o torrão de solo que a envolve dentro da embalagem, com altura de no mínimo 120cm.	300	UN	11,22	3.366,00
32	29834088 609144	MUDA DE AGAVE PALITO Agave geminiflora, mudas em perfeito estado fitossanitário, sem qualquer dano, livre de ervas daninhas, pragas e doenças, mudas bem enraizadas com sistema radicular bem desenvolvido capaz de segurar o torrão de solo que a envolve dentro da embalagem, mudas com altura de no mínimo de 50cm.	200	UN	19,75	3.950,00
33	29834089 610262	MUDA DE CLUSIA Clusia fluminensis, mudas em perfeito estado fitossanitário, sem qualquer dano, livre de ervas daninhas, pragas e doenças, mudas bem enraizadas com sistema radicular bem desenvolvido capaz de segurar o torrão de solo que a envolve dentro da embalagem, mudas com altura de no mínimo de 40cm.	2.000	UN	10,03	20.060,00
34	29834090 602773	MUDA DE HERA ROXA Hemigraphis alternata, mudas em perfeito estado fitossanitário, sem qualquer dano, livre de ervas daninhas, pragas e doenças, mudas em bom estado, mudas bem enraizadas, sendo que não serão aceitas mudas murchas ou mal conservadas, devendo estar aptas para o plantio e já com brotos, entregar em bandeja com 15 mudas, altura das mudas de 5 a 10cm.	3.000	UN	1,70	5.100,00
35	29834091 263401	VASO CIMENTO 58 A x 50D Redondo de cimento na cor marrom com 58 cm de altura por 50 de boca.	50	UN	91,67	4.583,50

36	29834092 455747	PEDRA SEIXO Pedra seixo de rio (2,5 cm a 3 cm a pedra) bolsa com 25 kg.	100	UN	37,86	3.786,00
37	29834093 9910	PEDRA GRANILHA N 02 branca nº 02, bolsa com 25 kg	50	UN	54,52	2.726,00
38	29834094 9910	PEDRA GRANILHA N 3 branca nº 03, bolsa com 25 kg	50	UN	54,52	2.726,00
39	29834095 9910	PEDRA GRANILHA N 4 branca nº 04, bolsa com 25 kg	50	UN	54,52	2.726,00
40	29834096 342571	CASCA DE PINUS polida (de 2cm a 3 cm o tamanho da casca) em bolsa de 6 kg.	200	UN	35,92	7.184,00
41	29834097 382462	VASO 45 A x 40 D VASO de planta cônico de granilha na cor marrom com 45 cm de altura por 40 de boca.	50	UN	93,33	4.666,50
42	29834098 485560	CALCÁRIO dolomítico aspecto físico: pó, composição: prnt 65 a 75 per, uso: correção acidez do solo, características adicionais: ensacado Unidade: Saco 50,00 KG	60	UN	55,47	3.328,20
43	29834099 246360	FERTILIZANTE ureia Composição química nitrogênio: 45% apresentação: granulado, cor: branca, prazo validade do produto: 36 meses, aplicação: agricultura Unidade: Saco 50,00 Kg	30	UN	203,27	6.098,10
44	29834100 261266	ADUBO QUÍMICO químico aspecto físico: pó, granulado, cor: branca, composição básica 1: NPK 12-31-17 Unidade: Saco 50,00 KG	50	UN	343,13	17.156,50
TOTAL						663.732,10

- 1.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bens de luxo, conforme Decreto n.º 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação no PNCP, na forma dos artigos n.ºs 106 e 107 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação parte está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) **ID PCA no PNCP:** 76.205.640/0001-08-0-000001/2025
- II) **Data de Publicação no PNCP:** 17/06/2024
- III) **Identificador da Futura Contratação:** 987541-153/2025
- IV) **ID dos itens no PCA:** Sementes e mudas de plantas - 8730

Aquisição de itens para manutenção, conservação e
embelezamento de vias públicas – 8720.

2.3. Justificamos a não previsão de alguns itens no Plano de Contratação Anual, tendo em vista que houve interesse da Municipalidade em atender outros locais não contemplados anteriormente. Dois fatores são relevantes para tal inclusão:

- a) Embelezamento visual da cidade;
- b) Implantação de paisagismo em rodovias, novos Bairros e Loteamento aprovados, gerando demanda que não foi possível prever, total ou parcialmente, quando da elaboração do PAC de 2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, que faz parte apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Subcontratação

- 4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação (artigos 96 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 4.4. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência adicional de 10%, prevista no Decreto n.º 21.231/2024.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos produtos é de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento da requisição, de acordo com a demanda da Secretaria de Desenvolvimento Rural.
- 5.2. Deve estar incluído no preço todo o material e/ou insumos, bem como frete/transporte, tributos e/ou contribuições e quaisquer outros encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes desta licitação.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. As entregas das mudas e insumos têm como local a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, (sem ônus de entrega) no endereço da Secretaria, situado na Avenida Salgado Filho, 161 - Centro Sul, Dois Vizinhos – PR, no horário das 8 às 11:30 e das 13:30 às 16:30.

5.5. As mudas deverão estar em estágio apropriado para plantio e acondicionadas em embalagens adequadas, com folhas e caules rígidos e raízes bem formadas, conforme especificações constantes do Termo de Referência;

5.6. Não serão aceitas mudas murchas;

5.7. As mudas devem ser transportadas em caminhões fechados específico para tal finalidade;

5.8. O produto deverá ser fornecido livre de pragas, doenças e ervas daninhas;

5.9. Todas as mudas deverão estar devidamente enraizadas;

5.10. As mudas deverão serem entregues em embalagem específica, caixa com 15 unidades, conformer especificações do Termo de Referência, em excelentes condições fitossanitárias e prontas para plantio;

5.11. Atender as especificações de cada planta conforme descrições constantes no Termo de Referência;

5.12. As mudas de flores deverão serem entregues de **forma fracionada, com entrega até 2 vezes semanais**, de acordo com o cronograma de execução do plantio. A empresa receberá a solicitação das espécies e quantidades a serem adquiridas antecipadamente, para que faça o planejamento da programação de entrega;

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das

estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.15. A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

Multa:

7.2.4. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

7.2.4.1. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea "c", de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "b", de 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "d", de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "a", de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e

fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes nos documentos que fazem parte deste processo, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez dias) úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.12. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.13.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.13.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

8.13.3. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante;

8.13.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

8.13.5. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa;

8.13.6. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF;

Prazo de pagamento

8.14. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022;

8.15. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.16. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.17. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.19. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.20. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.21. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.22. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e

trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.23. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.24. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

Reajuste

8.25. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data dos orçamentos estimados, em 07/05/2025

8.26. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

8.27. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

8.28. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s);

8.29. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.30. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

8.31. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.32. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado, conforme solicitação da Secretaria de Desenvolvimento Rural.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede:

9.6. Microempreendedor Individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das

Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade Cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

9.24. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

9.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação Patrimônio Líquido mínimo de até 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.30. Atestado de Capacidade Técnica para a execução do objeto, mediante apresentação de documento, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual ateste que a empresa executou a qualquer tempo, fornecimento semelhantes ao objeto da contratação, em nome da requerente.

9.30.1. A exigência do Atestado de Capacidade Técnica, se faz necessário por se tratarem de produtos perecíveis, susceptíveis a doenças e pragas, justificando a exigência da apresentação dos mesmos pelas empresas participantes do certame.

9.30.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo o percentual de 20% (vinte por cento) de capacidade técnica do objeto licitado, respeitando o Art. 67, § 1º e § 2º. Para fins de cálculo considera-se a somatória de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do Contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado;

9.30.5. Para o revendedor de mudas, será exigido:

- a) Comprovação de Alvará de Licença e Funcionamento, caso esteja localizado no perímetro urbano;
- b) O revendedor deverá comprovar a procedência das mudas, conforme documentos solicitados no item "produtor de mudas".

9.30.6. Para o Produtor de mudas, será exigido:

- a) Alvará de Licença e Funcionamento
- b) CAR – Cadastro Ambiental Rural.
- c) Indicação do responsável técnico pelo viveiro, devidamente cadastrado no CREA com registro ativo;
- d) RENASEN.

Disposições Gerais sobre Habilitação

9.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, às exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do Contrato ou da Ata de Registro de Preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos no Decreto n.º 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação do CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados da

capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 663.732,10 (seiscentos e sessenta e três mil e setecentos e trinta e dois reais e dez centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1 deste instrumento.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Dois Vizinhos.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: [05] SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS;
- II) Fonte de recursos: [001] DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS;
- III) Programa de trabalho: [20.606.0005.2018] ATIVIDADE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS;
- IV) Elemento de despesa: [3.3.90.30.00.00] MATERIAL DE CONSUMO; e
- V) Plano interno: [01340 E 00000 0000/01/07/00/00] RECURSOS ORDINÁRIOS (livres);

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.


DISPOSIÇÕES FINAIS

As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

Dois Vizinhos, 07 de maio de 2025.

José Carlos Ventura Junior
Secretário de Desenvolvimento Rural,

Matrícula Funcional: 20269-1
Decreto Nº 21588/2025


José Carlos Ventura Junior
Gestor

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)


Rogério Luís Nunes
Fiscal de recebimento/execução

– Página 23 | 13
Rogério Luís Nunes
Técnico em Agropecuária

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital* no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº/20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Dois Vizinhos-PR de de 2025.

(Nome e Cargo do Representante Legal)